

# Diário do Legislativo de 10/09/1997

## SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião Ordinária de Debates

2.2 - 208ª Reunião Extraordinária

2.3 - Reuniões de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

## 8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR\*\*

Adelmo Carneiro Leão (PT)

\* Adelmo Carneiro Leão

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

\* Ailton Vilela

Ajalmar José da Silva (PSDB)

\* Ajalmar Silva

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

\* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Rodrigues (PPB)

\* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

\* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

\* Ambrósio Pinto

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

\* Anderson Aduino

Anivaldo Antônio dos Santos Coelho (PT)

\* Anivaldo Coelho

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Felipe Zeitone (PMDB)

\* Toninho Zeitone

Antônio Genaro Oliveira (PPB)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

\* Antônio Roberto

Arnaldo Francisco Penna (PSDB)

\* Arnaldo Penna

Baldonado Arthur Napoleão (PSDB)

\* Baldonado Napoleão

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

\* Bené Guedes

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PL)

\* Carlos Pimenta

Cléuber Brandão Carneiro (PFL)

\* Cléuber Carneiro

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PFL)

\* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Elbe Figueiredo Brandão (PSDB)

\* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

\* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PL)

\* ErmanoBatista

Francisco Ramalho da Silva Filho (PSDB)

\* Francisco Ramalho

Geraldo da Costa Pereira (PMDB)

\* Geraldo da Costa Pereira

Geraldo Gomes Rezende (PMDB)

\* Geraldo Rezende

Geraldo Nascimento de Oliveira (PT)

\* Geraldo Nascimento

Geraldo Paulino Santanna (PFL)

\* Geraldo Santanna

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

\* Gil Pereira

Gilmar Alves Machado (PT)

\* Gilmar Machado

Glycon Terra Pinto (PPB)

\* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

\* Hely Tarquínio

Ibrahim Jacob (PDT)

\* Ibrahim Jacob

Irani Vieira Barbosa (PSD)

\* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PDT)

\* Ivair Nogueira

Ivo José da Silva (PT)

\* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

\* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

\* João Leite

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

\* Jorge Eduardo de Oliveira

Jorge Hannas (PFL)

\* Jorge Hannas

José Arnaldo Canarinho (PSDB)

\* Arnaldo Canarinho

José Bonifácio Tamm de Andrada (PSDB)

\* José Bonifácio

José Castro Braga (PDT)

\* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Maria André de Barros (PSDB)

\* José Maria Barros

José Miguel Martini (PSN)

\* Miguel Martini

José Militão Costa (PSDB)

\* José Militão

Kemil Said Kumaira (PSDB)

\* Kemil Kumaira

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PFL)

\* Leonídio Bouças

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

\* Luiz Fernando Faria

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

\* Marco Régis

Marcos Helênio Leoni Pena (PT)

\* Marcos Helênio

Maria José Haueisen Freire (PT)

\* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Miguel Arcanjo da Costa Barbosa (PSD)

\* Miguel Barbosa

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

\* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PL)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PPB)

\* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

\* Paulo Piau

Paulo Sérgio Miranda Schettino (PTB)

\* Paulo Schettino

Péricles Ferreira dos Anjos (PSDB)

\* Péricles Ferreira

Raul Lima Neto (PPB)

\* Raul Lima Neto

Rêmolo Reminho Aloise (PFL)

\* Rêmolo Aloise

Roberto Mauro Amaral (PSDB)

\* Roberto Amaral

Romeu Ferreira de Queiroz (PSDB)

\* Romeu Queiroz

Ronaldo Vasconcellos Novais (PL)

\* Ronaldo Vasconcellos

Sebastião Costa da Silva (PFL)

\* Sebastião Costa

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PPB)

\* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

\* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PSDB)

\* Wanderley Ávila

Wilson de Oliveira Trópia (PV)

\* Wilson Trópia

Wilson Pires Neves (PFL)

\* Wilson Pires

Em 13/8/97

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

\*\* Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

Presidência do Deputado Ailton Vilela

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum" - ORDEM DO DIA.

#### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Sebastião Helvécio.

#### Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Ailton Vilela) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

### ATA DA 208ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1997

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Raul Lima Neto e Gil Pereira; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 788/96; votação do Substitutivo nº 3; rejeição; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação; renovação da votação do Substitutivo nº 3; aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.291/97; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.292/97; discurso do Deputado Gilmar Machado; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; verificação de votação; inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos; anulação da votação - ENCERRAMENTO.

#### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Benê Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermanno Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - João Batista de Oliveira - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Maria Barros - José Militão - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

#### ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª PARTE

##### Ata

- O Deputado Gilmar Machado, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a votação da matéria constante na pauta.

#### Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Raul Lima Neto, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 788/96 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Gil Pereira, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.291/97 seja apreciado em segundo lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 788/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de a TELEMIG implantar senha para acesso, pelo usuário, ao seu serviço 900 e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Administração Pública opinaram pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 3 e pela rejeição do Substitutivo nº 2. Em votação, o Substitutivo nº 3 que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 25 Deputados; encontram-se nas comissões 8 Deputados, perfazendo um total de 33. Não há "quorum" para a votação. A Presidência torna-a sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 255 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para recomposição de "quorum".

O Sr. 1º-Secretário (Deputado Elmo Braz) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 35 Deputados; encontram-se presentes nas comissões 8 Deputados, perfazendo um total de 43. Portanto, há "quorum" para a votação da matéria. A Presidência vai renovar a votação do substitutivo. Em votação, o Substitutivo nº 3, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 788/97 na forma do Substitutivo nº 3, ficando prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.291/97, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre o licenciamento de motocicletas destinadas ao transporte remunerado de passageiros e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.292/97, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.966, de 1º/11/95, que autoriza a realização de operações de crédito para os fins que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos aqui para encaminhar a votação do projeto. Ontem houve a discussão dele, e gostaríamos de externar aqui algumas considerações. Apesar de sabermos, pelas discussões realizadas nas comissões técnicas a respeito dessa operação de crédito, que ela é para complementar lei que já votamos em 1995, a respeito do empréstimo de US\$1.200.000.000,00, entendemos que, neste momento, essas operações levam o Estado a um processo de endividamento ainda mais profundo, com taxas de juros extremamente desvantajosas.

Diante disso, estamos-nos posicionando da forma como o fizemos nas comissões técnicas: votando contrariamente a essa matéria e solicitando dos Deputados que também votem contra, para que tenhamos condições de fazer modificações e de exigir do Governo um posicionamento mais firme. No caso da Lei Kandir, a pressão dos demais Governadores, com a posterior adesão do Governo de Minas, fez com que o Governo Federal tivesse de alterá-la. Minas Gerais já receberá, neste mês, algo em torno de R\$150.000.000,00, a título de reposição das perdas de R\$450.000.000,00 que teve o Governo do Estado no ano. Por essas razões, estaremos votando, neste instante, contrariamente à matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gilmar Machado - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 24 Deputados; há 8 Deputados nas comissões, totalizando 32. Não há, portanto, "quorum" para votação nem para continuação dos trabalhos. A Presidência torna sem efeito a votação.

#### ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 37ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA

Às dez horas do dia três de julho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Miguel Barbosa e Anivaldo Coelho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Miguel Barbosa que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A reunião se destina a discutir as demissões que vêm ocorrendo na Companhia Siderúrgica Nacional - Mineração Casa de Pedra, no Município de Congonhas. Foram convidados os Srs. Eduardo Rodrigues Drumond, Superintendente-Geral de Mineração da CSN; Altair de Souza Ferreira Júnior, Prefeito Municipal de Congonhas; Vicente de Faria Paiva, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete; Divino Sabará, Presidente da Câmara Municipal de Congonhas; Wanderley José de Faria, Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete; Ronaldo Rodrigues Assunção, Vereador à Câmara Municipal de Congonhas e funcionário da CSN, e Eurides Gomes Pinheiro, Presidente em exercício do Sindicato Metabese de Congonhas, Belo Vale e Ouro Preto. Em virtude do não-comparecimento do Sr. Eduardo Rodrigues Drumond, comunicado no dia 2/7/97, a Presidência passa a palavra ao Deputado Anivaldo Coelho, autor do requerimento que motivou o convite. Este solicita seja feito novo convite e agendada nova reunião para o início do próximo mês, após confirmação de presença da referida autoridade. A Presidência determina que a assessoria tome as devidas providências, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 1997.

Álvaro Antônio, Presidente - Elbe Brandão - Marcos Helênio.

#### ATA DA 75ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de agosto de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Jorge Hannas, Wilson Pires e Adelman Carneiro Leão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Wilson Pires que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência lê ofício da Associação Médica de Minas Gerais, em que solicita a indicação de um membro da Comissão para participar do evento comemorativo do Dia Nacional de Combate ao Fumo. O Deputado Adelman Carneiro Leão se prontifica a participar. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Adelman Carneiro Leão apresenta requerimentos em que pede seja realizada audiência pública para debater o financiamento da política de saúde no Estado de Minas Gerais; seja realizada audiência pública para debater o tema "Lesões por Esforços Repetitivos"; e sejam enviados ofícios ao Secretário da Saúde solicitando informações sobre a atualização da execução orçamentária na área de saúde, com a discriminação dos recursos provenientes do Tesouro e das transferências federais; a distribuição das equipes de Saúde da Família em funcionamento no Estado e os municípios que são atendidos; e os nomes dos consórcios de saúde em funcionamento no Estado e os municípios que os compõem. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Ato contínuo, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, no 2º turno, os Projetos de Lei nºs 1.082, 1.149, 1.167, 1.188 e 1.090/97, este na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Wilson Pires). Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação dos Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.148, 1.140, 1.133, 1.116, 1.110, 1.103, 1.097 e 1.085/97 e 985/96, os quais são aprovados. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir as Sras. Maria do Carmo Freitas da Costa e Maria de Lourdes Cabrera e o Sr. José Afonso Álvares Rodrigues, respectivamente, Coordenadora de Biossegurança e Excelência Clínica da CLIDEC, representante da Associação Brasileira de Odontologia e Diretor do Centro Cultural Antônio Drumond, da CLIDEC, sobre o Encontro Regional de Biossegurança e Controle de Infecção em Odontologia. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Jorge Hannas, autor do requerimento que motivou o convite. A Sra. Maria do Carmo faz uso de "slides" e fita de videocassete para ilustrar a sua exposição sobre questões relacionadas à prevenção de contaminações múltiplas em consultórios dentários. Participam dos debates os demais convidados e os parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1997.

Carlos Pimenta, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Leonídio Bouças.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da comissão parlamentar de inquérito para investigar, no prazo de 120 dias, a falta de repasse do tesouro estadual ao ipsemg, no período dos últimos DEZ anos, das parcelas referentes à contribuição dos servidores e da respectiva cota de responsabilidade do estado, em cumprimento aos arts. 29 e 30 da lei nº 9.380, de 18 DE DEZEMBRO DE 1986, e, ainda, apurar os motivos que levaram a irregularidades no gerenciamento do instituto

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Sebastião Costa, Luiz Fernando Faria e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Carlos Pimenta que proceda à leitura da ata da reunião anterior. Após a leitura, o Deputado Sebastião Costa faz uso da palavra e solicita o registro de sua presença na reunião anterior, antes de seu início, tendo em vista que precisou presidir outra reunião de comissão. O Presidente determina o registro das palavras do Deputado Sebastião Costa, declara aprovada a ata e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Luiz Carlos Magalhães Peixoto, ex-Secretário Nacional de Previdência Social e Complementar. Com a palavra, o convidado informa à Mesa sua qualificação e passa a fazer sua exposição. Neste momento, registra-se a presença do Deputado José Braga. A seguir, os Deputados Sebastião Costa, Miguel Martini e José Braga formulam questões ao convidado, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Gilmar Machado - Sebastião Costa - Carlos Pimenta.

#### ATA DA 54ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas do dia vinte e oito de agosto de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Vasconcellos, José Braga, Glycon Terra Pinto e Raul Lima Neto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Vasconcellos, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Deputado José Braga, por solicitação do Presidente, dá ciência do recebimento, pela Comissão, de ofício do Prof. Fabrício Ricardo de Limas Tomio, do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em que solicita informações sobre leis estaduais, promulgadas a partir da Constituição Federal de 1988, referentes à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de municípios. Tais informações visam aprimorar pesquisa intitulada "Estudo Comparativo sobre Legislações Estaduais Referentes ao Processo de Criação de Municípios no Contexto Institucional Democrático Posterior à Constituição de 1988", que está sendo financiada pelo CNPq e pela UFSM. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Paulo Rogério Junqueira Alvim, Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, acerca das possibilidades técnicas daquele Instituto para atender as demandas dos municípios mineiros. O Presidente convida o Sr. Paulo Rogério a tomar assento à mesa e, na condição de autor do requerimento que motivou o convite, faz suas considerações iniciais. Registra-se a presença do Deputado Dimas Rodrigues. A seguir, o Presidente passa a palavra ao convidado para que faça sua explanação inicial. Prosseguindo, fazem uso da palavra os Deputados Glycon Terra Pinto, Raul Lima Neto, Ronaldo Vasconcellos e Dimas Rodrigues. Segue-se amplo debate. Logo após, o Presidente concede a palavra ao convidado, para seus comentários finais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do Sr. Paulo Rogério Junqueira Alvim e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1997.

Ronaldo Vasconcellos, Presidente - Dimas Rodrigues - Glycon Terra Pinto - José Braga - Ajalmar Silva - Baldonado Napoleão - Olinto Godinho.

#### MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 292ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 9/9/97

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projeto de Resolução nº 782/96, da Comissão de Agropecuária; Projetos de Lei nºs 613/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 741/96, do Deputado Durval Ângelo; 996/96, do Deputado Geraldo Rezende; 1.061/96, do Governador, e 1.291/97, do Deputado Gil Pereira.

#### ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA da 293ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA,

a realizar-se em 10/09/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.



(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.423, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.416, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.427, que estabelece as diretrizes para o Orçamento Fiscal e o Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1998. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 13, 18 e 42 e pela rejeição do veto ao inciso XII do art. 9º e aos arts. 50 e 51.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.428, que institui o Programa Estadual de Apoio a Comunidades Carentes e de Incentivo à Criação de Novos Postos de Trabalho. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do artigo 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97, do Deputado José Bonifácio, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.292/97, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.966, de 1º/11/95, que autoriza a realização de operações de crédito para os fins que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.315/97, do Deputado Ajalmar Silva, que autoriza o Poder Executivo a aplicar recursos obtidos na cobrança de multas de trânsito na utilização de redutores eletrônicos de velocidade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 770/96, do Deputado João Leite, que proíbe o transporte de passageiro em pé no serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor, que perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 862/96, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que trata da Consolidação da Legislação Tributária e Administrativa do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 939/96, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão nos rótulos de todas as bebidas alcoólicas industrializadas e comercializadas da expressão "o álcool pode causar dependência e, em excesso, é prejudicial à saúde" e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde e Ação Social.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 682/96, do Deputado Geraldo Nascimento, que dispõe sobre instalação e uso de aparelho eliminador de ar para líquidos em tubulação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/95, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta inciso ao art. 63 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/96, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição Estadual e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.459, de 13/1/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.316/97, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, que dispõe sobre mudança de denominação da CEMIG e sobre ampliação de seu objetivo social e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Hídrica, Energética e Mineral e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.326/97, do Governador do Estado, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais a doar à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/96, do Deputado Gilmar Machado, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material transportado diariamente por alunos do pré-escolar e do 1º grau da rede pública estadual. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.253/97, do Deputado Geraldo Rezende, que acrescenta o inciso X ao art. 4º da Lei nº 7.302, de 21/7/78, que dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.032/96, do Deputado José Bonifácio, que autoriza a PMMG a celebrar convênio com Prefeituras Municipais e outros órgãos públicos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 67ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, a realizar-se às 9h30min do dia 10/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.285/97, da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer; 2.287 e 2.288/97, do Deputado Dimas Rodrigues; 2.275/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Ordem do dia da 75ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 10/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realização de audiência pública para tratar da distribuição do diesel metropolitano na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Convidados: Srs. José Carlos Carvalho, Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Marcelo Gonçalves, Secretário de Minas e Energia; Diama Paganini Guerra, do Departamento Nacional de Combustíveis; Maurício Andrés Ribeiro, Presidente da FEAM; Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG; representantes das empresas PETROBRÁS, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Ipê Distribuidora de Petróleo, Companhia São Paulo de Petróleo, Esso Brasileira de Petróleo, Texaco Brasil S.A., Shell do Brasil e Ale Distribuidora de Combustíveis; e Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 10/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições da Comissão.

Ordem do dia da 65ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 10/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 10/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.321/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.293/97, do Governador do Estado; 1.300/97, do Deputado João Batista de Oliveira; Projeto de Lei Complementar nº 23/97, do Governador do Estado.

Ordem do dia da 22ª reunião extraordinária da comissão de Saúde e Ação Social, a realizar-se às 15 horas do dia 10/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Sr. José Rafael G. P. Coelho, Secretário de Estado da Saúde; Deputado Eduardo Jorge; Drs. Ricardo M. Macedo, Presidente do Sindicato dos Médicos; José Carlos Vianna Collares Filho, Presidente do Conselho Regional de Medicina; Arlen de Paula Santiago Filho, Presidente do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde; Mozart Oliveira Júnior, do Núcleo de Pesquisa e Saúde Coletiva e Nutrição, os quais irão debater sobre o Refor-SUS e sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/93, do Congresso Nacional.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Defesa Social, a realizar-se às 10h30min do dia 11/9/97

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.197/97, do Deputado Paulo Piau.

### Requerimentos nºs 2.279, 2.280 e 2.292/97, do Deputado Bené Guedes.

#### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 10/9/97, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.423, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental e dá outras providências, 13.416, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental, 13.427, que estabelece as diretrizes para o Orçamento Fiscal e o Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1998, e 13.428, que institui o Programa Estadual de Apoio a Comunidades Carentes e de Incentivo à Criação de Novos Postos de Trabalho, e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado, 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado, 36/97, do Deputado José Bonifácio, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado, 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado, 8/95, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta inciso ao art. 63 da Constituição do Estado, e 28/96, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição Estadual e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de setembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Toninho Zeitune, Miguel Martini, Hely Tarquínio, Antônio Andrade, Gil Pereira, Antônio Genaro, Bilac Pinto, Sebastião Costa, Marcos Helênio, Geraldo Nascimento, Alencar da Silveira Júnior, Ronaldo Vasconcellos, Paulo Schettino e Kemil Kumaira, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 10/9/97 e em 11/9/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar o parecer.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 1997.

João Leite, Presidente.

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/9/97, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Ruy Lage, Presidente da COPASA-MG, e Sólon Pereira, Presidente do SINDÁGUA, que prestarão esclarecimentos acerca da alienação das ações da COPASA-MG.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 1997.

**Leonídio Bouças, Presidente.**

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.281/97

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Arnaldo Canarinho, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Particular Nossa Senhora da Conceição da Sociedade São

Vicente de Paulo, com sede no Município de Jaboticatubas.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, em conformidade com o que preceituam as normas regimentais.

#### Fundamentação

A entidade mencionada exerce atividades de assistência social, atuando na área de saúde, combatendo a fome e a miséria e auxiliando a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência no Município de Jaboticatubas.

Portanto, entendemos ser justa a declaração de sua utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.281/97 na forma original.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 1997.

Wilson Pires, relator.

### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.126/97

#### Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

#### Relatório

De autoria da Deputada Elbe Brandão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de Mário Costa Tourinho ao anel rodoviário situado ao sul da cidade de Montes Claros, o qual liga as rodovias BR-135 e BR-365, com extensão de 5km.

O projeto foi aprovado no 1º turno, tal como apresentado, e agora compete a esta Comissão, nos termos regimentais, apreciar a matéria no 2º turno, em caráter deliberativo.

#### Fundamentação

Reiterando o parecer exarado por este órgão colegiado quando da apreciação da matéria no 1º turno, expressamos o entendimento de que a proposta de denominação em tela se nos afigura justa e oportuna.

Com efeito, o cidadão Mário Costa Tourinho, de quem se pretende tomar emprestado o nome para designar o anel rodoviário situado em Montes Claros, notabilizou-se por sua dedicada atuação no campo médico-assistencial, em favor da população menos favorecida do município.

#### Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.126/97 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 1997.

José Braga, relator.

### PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.291/97

#### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.291/97, de autoria do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre o licenciamento de motocicletas destinadas ao transporte remunerado de passageiros e dá outras providências, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.291/97

Dispõe sobre o licenciamento de motocicletas destinadas ao transporte remunerado de passageiros e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam autorizados o licenciamento e o emplacamento, pelo Departamento de Trânsito - DETRAN-MG -, de motocicleta destinada ao transporte remunerado de passageiro, moto-táxi.

Art. 2º - O licenciamento e o emplacamento a que se refere esta lei ficam condicionados à prévia regulamentação da atividade, por lei municipal, na localidade onde o serviço será oferecido.

Art. 3º - Somente será licenciada e emplacada para o transporte remunerado de passageiros a motocicleta que satisfizer as condições previstas no art. 43 do Código Nacional de Trânsito, observado o disposto no art. 2º desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 1997.

Irani Barbosa, Presidente - Arnaldo Penna, relator - Aílton Vilela - Wilson Trópia.

PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

290ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discurso Proferido em 3/9/97

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a partir do momento em que tomamos conhecimento de que a Assembléia Legislativa iria realizar um fórum de debates para discutir a segurança pública, entendemos que seria importante que, antes, quando debatêssemos na sexta-feira próxima esse tema, deveríamos saber como é conduzida a política de segurança pública em outros países. Deveríamos também conhecer o posicionamento de alguns profundos conhecedores de como é conduzido o processo de segurança pública em nosso País. Depois poderíamos discutir a situação de Minas Gerais. Entendíamos que, se pudessemos, seria importante ter entre nós as figuras daqueles dois praças que estiveram à frente do comando de greve. Tentamos incluí-los na programação, mas não conseguimos. Então, entramos com um requerimento na Comissão de Defesa Social, que foi aprovado, solicitando que, além de ouvirmos aqueles dois praças que estiveram na linha de frente no movimento que há pouco tempo eclodiu, ouvíssemos também, pelo menos, um ex-Comandante-Geral da Polícia Militar. Pelas informações que tenho, um ex-Comandante-Geral e que está na reserva é uma pessoa profundamente identificada com a corporação, e poderíamos através dele conhecer o que pensam aqueles oficiais sobre as modificações que iremos avaliar a partir da próxima semana.

Através de outro requerimento, que também foi aprovado pela Comissão de Defesa Social, solicitamos que fosse convidado para a nossa reunião o atual Comandante-Geral da Polícia Militar, para conhecermos o pensamento da tropa. Encaminhados os convites a quem nominamos, hoje ocorreu a reunião ordinária. Tivemos a preocupação de não misturar os convidados. Num primeiro momento, tivemos contato com os praças e, num segundo, tivemos contato com os militares da reserva. E numa terceira reunião, ouvimos o Comandante-Geral, quando tínhamos um debate produtivo.

Hoje, o Sarg. Washington esteve em nossa comissão e houve grande cobertura da imprensa. Sentimos que a imprensa sensibilizou-se com a gravidade do assunto da segurança. Ele fez o seu pronunciamento nos 20 minutos iniciais, em que cada convidado tem direito de fazê-lo sem aparte. Entretanto, para nossa surpresa, quando ele terminou de usar a palavra, e quando iríamos iniciar o debate com o Sarg. Washington - repito, uma das lideranças do movimento da greve -, fomos surpreendidos por um ofício que foi remetido pelo Comandante-Geral, endereçado ao 1º-Secretário da Assembléia Legislativa, no qual ele dizia que não poderia comparecer e que também não teria condições de liberar os praças que foram convidados pelo Poder Legislativo, porque

as propostas de modificações que chegaram a esta Casa a fim de serem analisadas por nós foram encaminhadas pelo Governador do Estado e, sendo o Governador do Estado o Comandante-em-Chefe da Polícia Militar de Minas Gerais, não cabia a eles, como subalternos, discutir uma decisão tomada pelo Governador. Foi um quadro extremamente difícil, naquele momento, principalmente da minha parte, porque eu estive nesta tribuna criticando a ação do Secretário da Casa Civil no momento da greve, quando ele recebeu o comando de greve, contribuindo para que ocorresse aquilo que devemos sempre evitar, isto é, a quebra do que há de mais sagrado para a área militar, que é a hierarquia. Então, ficamos numa situação extremamente difícil, porque não queríamos contribuir para que houvesse novamente a quebra da hierarquia. Embora aquele Sargento, que veio aqui a nosso convite, já houvesse feito as suas primeiras colocações, ficamos, num primeiro momento, extremamente divididos, porque não sabíamos se dávamos continuidade ao objetivo da reunião, que era o de ter conhecimento de algumas coisas que, no nosso entendimento, deveriam ser mudadas, modificadas, principalmente no regulamento disciplinar da Polícia Militar.

Então, depois de um certo momento, solicitamos que a Presidência interrompesse os trabalhos por 5 minutos, para que pudessemos deliberar sobre aquele assunto, que, no meu entendimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é extremamente grave, porque é norma desta Casa, quando vamos votar matéria relativa a meio ambiente, convocarmos aquelas pessoas que conhecem profundamente o assunto, para que possam saber, de cada uma, dentro dos seus interesses específicos, aquilo que pensam a respeito da matéria que será discutida. Como já se tornou hábito dentro desta Casa, o nosso comportamento não é diferente quando vamos discutir qualquer matéria relativa ao funcionário público. Então, por que devemos mudar todos os princípios, toda a rotina da Casa com relação à Polícia Militar? Como é que vamos começar a discutir um projeto de lei, diga-se de passagem, composto de duas propostas que não vão, de forma nenhuma, resolver o problema da segurança pública em Minas, que não vão resolver os problemas da Polícia Militar?

Esperávamos que o projeto de reformulação fosse mais abrangente, para que tivéssemos como preocupação maior a questão da sociedade mineira, ou seja, para que pudessemos ver a questão em seu todo. No entanto, percebemos que o Governador resolveu, não sabemos por que, conduzir esse assunto de forma parcial. Eu gostaria de levantar a seguinte questão com os nobres Deputados, companheiros da Assembléia: como iremos fazer para discutir esse assunto, se não tivermos oficiais e praças dispostos a comparecer a esta Casa para nos dar os devidos subsídios, que são tão importantes para levarmos a bom termo uma discussão a respeito dessas duas matérias?

Portanto, nesta tarde, estou fazendo esse questionamento. Aprovamos um requerimento

na Comissão, solicitando ao Governador, na condição de Comandante-em-Chefe da Polícia Militar, que autorizasse a presença de oficiais e de praças que qualquer uma das comissões permanentes da Assembléia julgue conveniente ouvir. Pela gravidade do fato, julguei necessário que fosse redigida uma nota explicativa, que passarei a ler agora. (-Lê:)

"Gostaria de relatar alguns fatos ocorridos hoje pela manhã, quando da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa Social. Esses fatos são relevantes e de interesse de todos os que participam no processo de elaboração das leis, como disse anteriormente.

Pelo Ofício nº 1.883/97, a Secretaria Geral da Mesa da Assembléia solicitou ao Comando da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que fossem tomadas as providências cabíveis para que pudessem comparecer perante a Comissão de Defesa Social o 2º Sgt. PM Washington Fernando Rodrigues e o Cabo PM Júlio César Gomes dos Santos, dado que ambos são considerados interlocutores capazes de esclarecer e prestar informações acerca de proposições em tramitação nesta Casa.

No decorrer da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa Social, realizada hoje pela manhã, quando já havia encerrado a sua participação o mencionado Sgt. Washington, chegou às mãos dos membros da Comissão ofício do Cel. Comandante-Geral da Polícia Militar em que informava não ser possível a apresentação das pessoas mencionadas, sob a justificativa de que não caberia aos servidores discutir propostas relativas à organização daquela instituição. Isso, dado o fato de que, segundo o Sr. Comandante, por se tratarem de propostas encaminhadas a essa Casa Legislativa pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, o Comandante Supremo da Polícia Militar, não caberia sequer àquele oficial participar da discussão da matéria. É o que consta do Ofício nº 93.300/97, do Comando Geral da Polícia Militar.

Considerando, nesse momento, que o Sgt. Washington já havia encerrado a sua participação, como cidadão que é, a Comissão de Defesa Social deliberou, por unanimidade de votos dos presentes, encaminhar requerimento ao Governador do Estado, a fim de que ele possibilitasse o comparecimento de servidores militares perante as comissões temáticas da Casa, encarregadas de examinar as proposições relativas à PMMG, em tramitação na Assembléia.

Esse fato hoje ocorrido nos conduz a algumas reflexões. De início, deve-se lembrar que as leis, em um estado democrático de direito, traduzem o resultado do esforço comum de parlamentares e da sociedade. A audiência de cidadãos ou de representantes de instituições que possam contribuir para o aprimoramento das proposições tem sido a tônica constante nos trabalhos dessa Casa. Isso é válido tanto para matérias de autoria de parlamentares quanto para proposições encaminhadas pelo próprio Governador do Estado.

Ressalte-se, ainda, o fato de que os servidores militares, mesmo que enquadrados em regime especial, não perdem a sua condição de cidadãos e de agentes públicos. Assim, não deve

ser considerado fato extraordinário a sua participação, enquanto convidados, que podem contribuir com suas experiências, na elaboração de normas jurídicas.

Finalmente, lembramos que o requerimento aprovado na Comissão de Defesa Social permite que, ao mesmo tempo, se tenha o respeito pela hierarquia interna na PMMG e que sejam viáveis as práticas democráticas que orientam o estado democrático de direito consagrado nas nossas normas constitucionais.

Por essas razões, acreditamos que o Sr. Governador do Estado atenderá com a maior presteza possível o ofício que lhe é encaminhado e que tanto praças quanto oficiais da Polícia Militar, a critério do Poder Legislativo, como sempre foi norma dentro dessa Casa, poderão vir a contribuir para o objetivo comum que é o do aperfeiçoamento das instituições no Estado".

Sr. Presidente, são essas as minhas considerações, que julguei por bem apresentar aos nobres companheiros da Assembléia e, principalmente, a V. Exa., porque entendemos que logo após o encerramento do fórum de debate sobre segurança, na próxima sexta-feira, promovido por este Poder, teremos que começar a discutir essas duas proposições, e julgo que seria de vital importância que, além desse fórum, pudéssemos dar prosseguimento a essa matéria, seguindo a rotina natural de todas as matérias que sempre chegam a esta Casa, ou seja, procurando, antes de votá-las, ouvir os interessados.

No meu entendimento, não é porque o policial anda armado e está dentro de um regime especial que vamos mudar a rotina da nossa Casa. Gostaria que essa matéria saísse do âmbito da Comissão de Defesa Social e ocupasse a atenção de todo o Poder Legislativo, na pessoa de V. Exa. Muito obrigado.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/9/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.447, de 1997, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues

nomeando Aline de Jesus Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as Entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00881 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Vila Nossa Senhora Aparecida - Belo Horizonte.

Deputado: Geraldo Rezende.

Convênio Nº 00884 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Menezes Bandeirantes I li - Cataguases.

Deputado: Tarcisio Henriques.

Convênio Nº 00890 - Valor: R\$3.425,00.

Entidade: Caixa Escolar Manoel Ignacio Peixoto - Cataguases.

Deputado: Tarcisio Henriques.

Convênio Nº 00912 - Valor: R\$21.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Padre Carvalho - Padre Carvalho.

Deputado: Pericles Ferreira.

Convênio Nº 00928 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Trabalhadores Pequenos Prod. R. Soberbo - Cristalia.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 00929 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Cruzilia - Cruzilia.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 00931 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Coral Brejeiro - Francisco Sa.

Deputado: Cleuber Carneiro.

Convênio Nº 00932 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Boa Vista Adjacencias - Sete Lagoas.

Deputado: Sebastiao Navarro Vieira.

Convênio Nº 00934 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Guido Thomaz Marliere - Cataguases.

Deputado: Tarcisio Henriques.

Convênio Nº 00935 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Guaraciaba - Guaraciaba.

Deputado: Arnaldo Penna.

Convênio Nº 00936 - Valor: R\$3.500,00.

Entidade: Casa Memoria Vale Sao Francisco - Januaría.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 00937 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Unida Bairro Washington Pires - Ibirite.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 00941 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Conselho Particular Nossa Sra. Gloria B.cid.jardim Eld. Ssvp - Contagem.

Deputado: Arnaldo Canarinho.

Convênio Nº 00942 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Associacao Patrimonio Historico Artist. Ambiental Belo Vale - Belo Vale.

Deputado: Anivaldo Coelho.

Convênio Nº 00943 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Santo Antonio Surubi - Agua Boa.

Deputado: Irani Barbosa.

Convênio Nº 00944 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Professor Vicente Lopes Perez - Monte Carmelo.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 00952 - Valor: R\$12.400,00.

Entidade: Associacao Moradores Agrovila Dona Antonina Almeida Neves - Sao Gotardo.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 00953 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Amigos Nova Contagem Adjacencias - Contagem.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 00971 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Desenv. Caminhada Vida Povo Bairro Sto. Agostinho - Teofilo Otoni.

Deputado: Maria Jose Haueisen.

Convênio N° 00972 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Moradores Arame - Lagoa Dourada.

Deputado: Anivaldo Coelho.

Convênio N° 00973 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Comunidade Dancas Cantos Musicais Vida Adoracao - Vespasiano.

Deputado: Ronaldo Vasconcellos.

Convênio N° 00974 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Casa Cultura Turmalina - Turmalina.

Deputado: Ermano Batista.

Convênio N° 00975 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Obra Berco - Lambari.

Deputado: Alberto Pinto Coelho.

Convênio N° 00976 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Bonfim - Pedra Azul.

Deputado: Kemil Kumaira.

Convênio N° 00977 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Diogo Vasconcelos - Diogo Vasconcelos.

Deputado: Ronaldo Vasconcellos.

Convênio N° 00978 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Simao Pereira - Simao Pereira.

Deputado: Luis Fernando Faria.

Convênio N° 00979 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Associacao Comun. Santo Estevao - Iapu.

Deputado: Ivo Jose.

Convênio N° 00996 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Rio Pomba - Rio Pomba.

Deputado: Bene Guedes.

Convênio N° 00997 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Canto Ferreira - Recreio.

Deputado: Jose Maria Barros.

Convênio N° 00998 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Vania Aparecida Fusco Nogueira - Campanha.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio N° 00999 - Valor: R\$1.500,00.



Entidade: Associação Comun. Serra Araras - Chapada Gaucha.

Deputado: Raul Lima Neto.